

O ANTIGO PAÇO EPISCOPAL DE ELVAS: AS ARTES DECORATIVAS E O SEU PERCURSO NO CONTEXTO DA I REPÚBLICA

THE OLD BISHOP HOUSE OF ELVAS: CIRCULATION OF THE DECORATIVE ARTS ON THE CONTEXT OF THE FIRST REPUBLIC

Nuno Cruz Grancho

*Doutorandô em Arte, Património e Teoria do Restauro – ARTIS/ IHA/ FLUL
ngrancho@gmail.com*

RESUMO

A criação do novo bispado de Elvas no século XVI, exigia a construção de um Paço Episcopal que servisse de residência a todos os bispos que futuramente governassem a diocese. A sua construção, ampliação, e os muitos enriquecimentos empreendidos por alguns desses eclesiásticos, idealizados e concretizados de acordo com o gosto vigente, permitiu atribuir às suas casas uma atmosfera compatível com o estatuto inerente ao desempenho do seu cargo. A extinção da diocese em 1881 e a sua execução no ano seguinte, ditariam novas funcionalidades a este edifício, encontrando-se na Lei da Separação o momento histórico em que uma significativa parte da sua componente artística – pintura, mobiliário, ourivesaria, faiança, paramentaria, azulejaria, livraria, etc – se dispersa por inúmeras instituições culturais.

PALAVRAS-CHAVE

Elvas | I República | Artes Decorativas | Paço Episcopal

ABSTRACT

The creation of the new Episcopate of Elvas in the XVI century, demanded the construction of an Episcopal Palace that would be used as residence for all the bishops that would govern the diocese in the future. Its construction, enlargement, and other enrichments undertaken by some of those ecclesiastics that, according to the stylistic preference of each time, have devised and materialized them, conferring to the houses a compatible atmosphere with the status associated to the position. The extinction of the diocese in 1881 and its fulfillment in the following year, would dictate new functionalities to this building, standing in the applicability of the Law for Separation the moment in which a meaningful part of its artistic component – painting, furniture, jewelry, faience, paraments, tileworks, bookshops – spread by countless cultural institutions.

KEYWORDS

Elvas | I Republic | Decorative Arts | Bishop house

A DESOBRIGAÇÃO DE CASAS EPISCOPAIS

Quando a cidade de Elvas é elevada no ano de 1570 a sede de bispado, não existiam casas condignas com o estatuto de todos aqueles que futuramente viriam a ocupar a cátedra do novo bispado. Ainda assim, a inexistência de uma *Domus Episcopalis*, haveria de permanecer por aproximadamente duas décadas, possibilitando desse modo, que D. António Mendes de Carvalho, primeiro bispo de Elvas, pudesse dar seguimento a outros assuntos igualmente prioritários para o natural funcionamento da recém-criada diocese. Neste contexto, a criação do Cabido, em 1571, e a condução do primeiro sínodo diocesano no ano seguinte, constituíram entre outros, dois exemplos que se impunham nessa nova realidade eclesial (Grancho, 2010: 20).

Por outro lado, impunham-se determinadas valorizações artísticas, nomeadamente a necessidade de Alfaias de prata e todo o tipo de paramentos, mais de acordo com a condição de catedral, razões justificativas para levar o bispo a promover junto do Papa, a suspensão do provimento dos benefícios da sua igreja pelo tempo de dois anos, de modo a que as rendas do cabido elvense pudessem reverter para esse mesmo fim. O pedido então acolhido pela Cúria Romana, foi devidamente oficializado por bula em 19 de Fevereiro de 1575, seguido de um outro datado de 20 de Junho de 1576, com a validade de um ano (Almada, 1888: 171).¹

Apesar do carácter prático de que se reveste a questão do paço episcopal do prelado elvense, este permanecia irresoluto, levando D. António Mendes de Carvalho a solicitar junto de El Rei D. Sebastião, mercê de lhe mandar passar provisão para o corregedor lhe dar casas “em quanto não tiverem de seu, pagando os alugueres e seus danos” (Almada, 1888: 184). Acolhido de forma favorável, como se deduz do alvará de 8 de Abril de 1577, um novo pedido seria dirigido ao Papa, no sentido de se conferir ao prelado a desobrigação de fazer casas episcopais, o qual na opinião Victorino d’Almada seria negado, fundamentando-se o dito autor, numa carta datada de Março de 1579 e assinada por António Pinto.²

Pressionado pelo papado, e não podendo perpetuar por mais tempo a questão da residência episcopal – obrigação tridentina – D. António Mendes de Carvalho, procede no ano de 1587, à aquisição pelo valor de dois mil reis de uns “chãos com alicerces de casas com seus quintaes á porta do Bispo, que partem com casas d’El Rei, e com a torre da cadeia, e com o muro da cidade por detrás com toda a pedraria, madeira, talha e mais pertenças” (Almada, 1888: 185). Nestes terrenos onde outrora se havia erigido as velhas casas do Bispo de Évora, à data desabitados e em estado de ruína (Almada, 1888: 184-185), que se viria a edificar aquelas que foram as casas episcopais da diocese de Elvas, durante aproximadamente três séculos.

1. Ver ainda “Bulla de extenção do bispado porque se lhe aggregão os lugares de Juromenha, Vieiros e Alandroal, e se applicão as rendas destes a fabrica para comprar pornamentos, e mais coosas necessárias”, Arquivo Nacional da Torre do Tombo (A.N.T.T.), Mitra Episcopal de Elvas, Mss. 9, n.º 5.
2. Parte da resposta foi-nos dada a conhecer por Vitorino de Almada: “Quanto a obrigação, que desejava lhe tirasse Sua Majestade, de fazer casas episcopais, que intende ter pela Bulla de erecção do bispado, não lhe quis o Papa conceder nisto nada, mas também intende ser V.º Senhoria, obrigação haveria que fosse começar a dar principio a ellas para exemplo dos sucessores, ainda que espero viverão V.º Sr.º tantos anos, que os começaria e acabaria” (ALMADA, 1888: 184).

ERIGIR E ENRIQUECER: O GOSTO DOS PRELADOS ELVENSES

Atribuindo-se ao governo do primeiro bispo de Elvas a total construção do paço (Almada, 1888: 185; Rosado, 1999: 131), a ausência documental confirmada no decorrer da nossa investigação, no que aos responsáveis desta obra diz respeito, não nos permite chegar tão perto quanto desejávamos do conjunto de artistas envolvidos no dito empreendimento. Todavia, os estudos mais recentemente desenvolvidos no âmbito da História da Arte e, em concreto a respeito da Sé de Elvas, em período análogo, permitem-nos saber da permanência de artistas diversos como mestres-de-obras, pedreiros, entalhadores, pintores, douradores, ferreiros, ladrilhadores, entre outros tantos ofícios. Encontrando-se ambas as campanhas de obras

dependentes do bispo de Elvas, pode pressupor-se terem coincidido alguns destes artistas na obra da Igreja de Nossa Senhora da Assunção e, simultaneamente do Paço Episcopal.

O edifício que hoje se encontra na posse da Polícia da Segurança Pública, mantém alguns dos seus elementos arquitectónicos e decorativos primitivos, dando-nos uma visualização do que seria este mesmo espaço em princípio de Seiscentos. A inexistência de um eixo de simetria, com vãos de sacada a demarcar o andar nobre, emoldurados de forma simples, constituem características recorrentes na arquitectura civil portuguesa de finais do século XVI.³ [fig.01]



Fig. 01 - Alçado principal do antigo Paço Episcopal de Elvas (fotografia de Alberto Mayer, Coleção da Câmara Municipal de Elvas).

3. A possibilidade de uma eventual atribuição do edifício em análise, a um modelo único, não nos parece plausível tendo em consideração as predominâncias tipológicas no período filipino em que o mesmo se insere. Aproveitamos para lembrar serem essas tipologias: o palácio dos marqueses de Castelo Rodrigo em Lisboa, de inspiração "escurialense"; o palácio dos duques de Bragança em Vila Viçosa, onde já se visualizam todas as potencialidades expressivas do estilo maneirista e, por fim, a fachada do Paço da Ribeira, como a referência internacional por excelência, no contexto da arquitectura civil em Portugal (Soromenho, 2009: 78-81).

O espécime elvense, bastante mais modesto, comparativamente a outros modelos seus contemporâneos existentes em Elvas, seria orçado em dezasseis mil cruzados, passando a constituir uma referência da arquitectura civil de finais de quinhentos na cidade de Elvas e, tido como um dos mais bonitos, situado em “mui bom sitio, com alegres vistas, com pateos, torres e varandas de pedra de mármore” (Novais, 1635, fl. 9v) e “com tam formoso & alterosos aposentos” (Novais, 1635, fl. 9v), que na opinião de António Novais, era dentro da tipologia de residências episcopais, uma das mais ricas do reino. Contribuiu por certo, para esta entusiasta qualificação, os enriquecimentos empreendidos pelo segundo e quinto bispo de Elvas, D. António Matos de Noronha (1591-1610), e seu sobrinho D. Sebastião de Matos Noronha (1626-1636), alguns deles ainda hoje passíveis de serem admirados.

Atribuídas a D. Sebastião de Matos Noronha, as melhorias realizadas no edifício, segundo nos refere Luís Keil, constituiriam a primeira campanha de obras realizada em 1627 (KEIL, 1943: 70). Referimo-nos ao revestimento das escadarias e patamar superior, com painéis policromos, onde figuram as armas do seu encomendador, acompanhadas da seguinte inscrição: «D. SEBASTIÃO DE NORONHA. BISPO DE ELVAS» (Keil, 1945: 70). A existência de painéis contemporâneos a estes em Elvas, nomeadamente nas igrejas conventuais de Santa Clara e nas Domínicas (Rodrigues, Pereira, 1995: 60-61; Meco, 2009: 129 e 132), poderiam ter sido a inspiração necessária, contudo, seria o revestimento existente na sacristia da igreja de N.ª S.ª da Assunção, à data sede diocesana, a mais directa influência do conjunto aqui em análise.⁴ [fig.02]

Com D. Baltazar de Faria Vilas Boas (1743-1757) na frente do governo diocesano, surgia um novo fôlego artístico perante o estado ruinoso em que se encontrava a catedral elvense (Borges, 2011: 223). Demonstrava o dito prelado um gosto setecentista, particularmente italianizante, como atesta o cuidado conferido às encomendas para a nova capela, mandada levantar no Paço Episcopal. Referida como “espaçosa e elegante” (Almada: 1888: 58), sabemos ter sido enriquecida com o modelo feito para a pintura de Nossa Senhora – encomendada em Roma – destinada ao altar-mor da Catedral elvense, atestando um gosto artístico igualmente



Fig. 02. Pormenor da escadaria de acesso ao andar nobre, Paço Episcopal de Elvas (fotografia de Alberto Mayer, Coleção da Câmara Municipal de Elvas).

4. Tais semelhanças entre ambos os painéis azulejares, existentes em ambos os edifícios episcopais, constitui uma evidência, tendo em conta um mesmo encomendador comum, expressa na inscrição em tudo idêntica àquela anteriormente mencionada. Na opinião de José Meco, teria sido firmado contrato com o ladrilhador Miguel Martins no ano de 1627, a quem se atribui os trabalhos anteriormente referidos, possibilidade já defendida por Reynaldo dos Santos (Meco, 2009: 129-132).

erudito. Sabemos terem sido adquiridas para adorno do novo espaço religioso privativo, alfaias de prata de “primoroso louvor” (Almada, 1888: 58), paramentos e candelabros, que constituíam outra parte do conjunto e, ainda que não tenhamos comprovação documental para avançar com tal possibilidade, consideramos a possibilidade de poder ser todo o dito conjunto de proveniência romana.⁵

Para além do inventário alusivo aos bens com que D. Baltazar Faria de Vilas Boas entrou no bispado, datado de 1744, tivemos oportunidade de analisar um outro de 1806, do qual consta um conjunto de objectos pertencentes à referida capela, permitindo-nos reconstituir um ambiente, bastante aproximado àquele idealizado pelo dito prelado.

A renovação da residência episcopal – simultaneamente àquela que se desenvolvia na Igreja Catedral – prosseguia agora com a nova biblioteca, que passou a desenvolver-se ao longo de três compartimentos sucedâneos, sendo que no central se exibia o brasão de D. Baltazar de Faria Vilas Boas. Distribuíram-se por este espaço aproximadamente mil volumes, que segundo Francisco de Santa Clara, viria a ser enriquecido com doações dos seus sucessores, particularmente as de D. João Teixeira de Carvalho (1780-1792), e D. José da Costa Torres (1796-1806), 19.º e 22.º bispo de Elvas, respectivamente. A biblioteca contava à data do seu desmantelamento, no ano de 1912, com um número aproximado de 2.245 mil volumes, que abrangiam para além das naturais temáticas eclesíásticas, as ciências matemáticas, legislação, Geografia, História e viagens (Almada, 1888: 241-243).

Relativamente ao contributo de D. Manuel da Cunha, apenas se conhece o escudo de armas do dito prelado, coberto por chapéu episcopal, que se encontra no

interior do paço, por cima do arco de acesso às escadas para o andar nobre, imediatamente a seguir à entrada (Almada, 1888: 184-185).

Seria Fernando Castelo Branco, num dos raros estudos dedicados a este edifício episcopal (1977), a referir a campanha de obras ocorrida no ano de 1785, no então governo de D. João Teixeira de Carvalho. Concretizadas as mesmas por determinação régia, foi a dita obra dirigida por Reinaldo Manuel dos Santos e Simão Martins de Abreu, sublinhando o mesmo autor, não terem sido estas realizadas no edifício principal, mas antes numa casa fronteiras ao mesmo (Branco, 1977: 77). Assim “Fronteiro a hum lado do Paço do Bispo, he que se escolheo o sitio, porque não se achou outro mais proprio para se fazerem as Cozinhas”.⁶ Podemos concluir do estudo referido, como resultante da campanha de obras uma cozinha e a feitura “de algumas divisões de tabuado em algumas salas, e escada, e se abriram algumas portas, e fecharam outras, e tambem acreceu uma pequena casa no pavimento nobre, e outras cousas mais que ali não havia” (Branco, 1977: 77). Considerando ainda as campanhas de obras setecentistas, há a referir alguns trabalhos decorativos em estuque, os quais acreditamos serem cronologicamente, contemporâneos à campanha de obras levada a efeito.

As questões bélicas seriam singularmente marcantes em Elvas, sobretudo na vivência quotidiana do Paço Episcopal. A invasão da cidade pelas tropas francesas seria um factor de desvirtuação do edifício, dado que a ausência do bispo D. José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho, daria lugar ao aquartelamento no mesmo do coronel francês Mickel, em 1808 (Granchó, 2011: 107-132).⁷ Por outro lado, segundo Rui Rosado Vieira, baseado na obra de Victorino de Almada, encontrando-se o bispado em período de vacância (1852-1881),

5. Referente às possíveis encomendas feitas em Roma por D. Sebastião de Matos de Noronha, por ocasião da nova capela do Paço Episcopal, também esta de sua iniciativa, devemos salientar a existência de outras peças de origem italiana, pertencentes à Sala Capitular, como é o caso dos quinze medalhões que decoram o retábulo existentes naquela dependência, anexa à extinta sé e, nos quais são identificados o busto da Virgem, dos apóstolos e diversos santos. Sabemos, através dos estudos desenvolvidos por Artur Goulart, que faziam parte dessa mesma encomenda uma tela de significativa dimensão, dedicado à Assunção da Virgem, propositadamente feita para a capela-mor da extinta Sé, de autoria do romano Lorenzo Granieri. Acrescente-se ainda o cálice constante do inventário realizado por ordem do quinto bispo de Elvas, no ano de 1750, onde se refere um cálice lavrado em Roma e, dourado em Portugal por Miguel da Costa Lemos, de autoria de Francesco Beislach (Borges, 2009: 98-99, 234 e 237). Ainda no contexto religioso na cidade de Elvas, no que às peças de origem italiana se conhece, temos ainda a referir o conjunto de sacras pertencente à Igreja dos Terceiros de S. Francisco à guarda do Museu de Arte Sacra da dita cidade. Referidas vagamente por Luis Keil, sem qualquer alusão ao facto de serem estas um trabalho italiano, pelo que conjunto apenas viria a ser devidamente valorizado numa perspectiva artística, com nova inventariação no ano de 2009 (sob coordenação de Artur Goulart) e posteriormente estudado por Teresa Vale. Trata-se na opinião da autora, de um trabalho da oficina do ourives romano Giovanni Paolo Zappati (com trabalhos conhecidos para a coroa portuguesa, nomeadamente, para Mafra e para a capela da Sagrada Família da Basílica Patriarcal de Lisboa), em prata branca, datadas aproximadamente de 1752 (Keil, 1945: 79; Borges, 2009: 112-113; Vale, 2012: 179-181).

6. Arquivo Histórico Ultramarino (A.H.U.), Cod. 1208, fl. 11-12.

7. A.H.M.E., Coleção de Outros Documentos, Mss. 957, s/fl.

seria de novo ocupado, em 1865, para residência do governador da Praça de Elvas (Vieira, 1999: 131).⁸

De significativa importância para a concepção espacial do edifício em análise, foi o cruzamento de alguns documentos por nós conhecidos, permitindo-nos saber encontrarem-se as casas episcopais distribuídas em três núcleos, claramente identificados. Assim, um primeiro, que podemos designar de residência, correspondente aos números 4 e 4-A, sito na Rua André Gonçalves (antiga Rua do Juiz), a qual se encontrava balizada a Norte “com a dita Rua do Juiz, pelo sul com casas de João Joaquim Bagulho e Joaquim António Rijo e pelo poente com o arco do Bispo e beco do rato”.⁹

Segundo a referida documentação, compunha-se o edifício residencial “de loja, ao lado direito quatro cazas sendo uma onde se acham as, latrinas e outra a cocheira com porta para a rua e do lado esquerdo suas cazas. Um corredor, que conduz à cosinha e no mesmo há quatro cazas, sendo uma dividida ao meio com duas portas, uma adega com seis potes de barro, á esquerda uma caza com columna ao centro e um lavatório com boa pedra mármore á entrada; cosinha com uma casa ao lado com poial de pedra, um depósito para água com torneira de bronze e com pateo contíguo, há umas fornalhas, e n’uma escada, que conduz da cosinha para o andar superior do edificio numa casa pequena com porta sobre a mesma escada. – Entrada principal para o paço com uma pequena casa á esquerda e outra no fim do primeiro lanço – No cimo da escada, há uma galleria, que conduz á Capella, com suas sacadas, sobre o prédio de João Joaquim Bagulho, pensando em Juizo com acção de embargo d’obra nova sobre o mesmo prédio”.¹⁰

“No pavimento alto ou nobre há uma salla d’entrada, dicta do docel [paredes forrada a damasco, e nobreza carmezim]¹¹, dicta d’espera, dicta do sol, que serve de casa de jantar, uma casa interior, que serve de dispensa, casa da hironia com um corredor,

que comunica para dois quartos com, janellas sobre o pateo contíguo à cosinha, uma casa que serve de escriptorio, e um corredor com dois quartos para a direita e para a esquerda uma casa com Estantes e um quarto com uma janella sob a escada; uma capella e sachristia. Em continuação á escada da cosinha há uma outra, que conduz para o andar superior, onde se encontra um quarto, que serve de cosinha e no cimo da dita escada uma salla com dois quartos á direita e uma casa em parte da mesma com janellas sobre o telhado da administração do Concelho e uma chaminé. No corredor da capella há uma escada de um lanço, que dá serventia para uma casa com janella para a rua do Juiz e comunica por uma pequena escada para um corredor e casas superiores á d’entrada a primeira é uma salla com dois quartos interiores, tendo a sala uma janela sobre a entrada, seguem se dois quartos independentes e mais dois, sendo um interior”.¹²

Na mesma rua, mas correspondente aos números 6 e 6-A, encontrava-se o núcleo então destinado a dependências de apoio não só à residência, mas à própria administração eclesiástica, as quais julgamos serem as resultantes do empreendimento concretizado no governo de João Teixeira de Carvalho, 20.º bispo de Elvas. “No andar terreo tem uma cavaliçã com tres mangedouras, um quarto e uma cisterna, havendo uma pia de pedra na primeira casa. No primeiro andar, onde se acha a repartição da Camara Eclesiástica e archivo dos livros, fundos, há uma salla dividida no centro por um pano, e mais duas com estantes, que servem d’archivo, em seguida um patio com um limoeiro e duas romeiras na varanda, e no patio há uma escada que conduz para o andar terreo. No andar superior há uma cosinha com duas janellas, para o quintal de Miguel Pupo e um, quarto”.¹³

Por fim, o terceiro e último núcleo, inserido no complexo residencial episcopal constituído por quintal,¹⁴ comunicante com a parte residencial, através de uma passagem coberta na cerca da muralha árabe (com quarenta

8. ALMEIDA, Fortunato d’, “Elvas no último quartel do século XVII”, in “Correio Elvense”, (22 de Outubro de 1907), n.º 1324. O documento referenciado por este último tem como titulo “Acta de revisão da comissão nomeada pelo General Governador da Praça de Elvas com os representantes da diocese para tomar posse provisória e para residência do mesmo General de uma parte do Paço Episcopal que existe desocupada”, datado de 22 de Julho de 1865. Ver Arquivo Histórico Municipal de Elvas (A.H.M.E.), Bispado e Vigarias, Mss. 5/307, fl. 1-2v.

9. A.H.M.E., Bispado e Vigarias de Elvas, Mss. 5/304, fl. 1v.

10. A.H.M.E., Bispado e Vigarias de Elvas, Mss. 5/304, fl. 1v-2.

11. A.H.M.E., Bispado e Vigarias, Mss. 5/307, fl. 1v.

12. A.H.M.E., Bispado e Vigarias de Elvas, Mss. 5/304, fl. 2-2v.

13. A.H.M.E., Bispado e Vigarias de Elvas, Mss. 5/304, fl. 2-2v.

14. No que diz respeito ao dito quintal, sabemos ter sido feita a cedência “sem reserva de quaisquer partes dos referidos edificios [Paço Episcopal e Seminário], porém o Estado, por mercê de influências várias, vendeu o quintal do Paço com a sua torre de menagem (monumento muito antigo que nunca deveria ser vendido a particulares) e um corredor com serventia pública; arrendou o quintal do Secretário e outras dependências, que são disfrutadas por particulares e que fazem falta para serviços públicos”. ACMF/ ARQUIVO/ CIBC/PTG/ELV/TRANS/010, Cx. 25.

e nove, e meio metros quadrados de comprimento), existente por cima do Arco do Bispo, seguido de um outro exterior (vinte e dois metros de extensão)¹⁵, “que conduz a uma torre da antiga fortificação, seguindo-se outro descoberto, que/ dá serventia para o quintal, onde se encontra uma coelheira, uma cisterna, duas figueiras, uma accacia, quatro [...] de lorangeira e um limoeiro, tendo uma porta para o becco do Rato”,¹⁶ sendo que esta última referência ainda está presente na toponímia da cidade.

A circular régia de 2 de Outubro de 1872, que veio comprovar a intenção de reduzir o número de dioceses portuguesas, no contexto da reorganização do mapa eclesiástico português e, pese embora os esforços em sentido contrário, no caso da diocese de Elvas, a sua extinção viria a ocorrer, sensivelmente

uma década depois. Neste sentido, é expedida a bula *Gravissimum Christi* por Leão XIII a 30 de Setembro de 1881, para que no ano seguinte se procedesse à sentença executória, encerrando-se definitivamente aquele que foi o período por excelência da história eclesiástica de Elvas (Grancho, 2010: 26).

O desaparecimento desta circunscrição diocesana e, inerentemente da dignidade de bispo, levaria de igual modo ao fim do Paço Episcopal, enquanto residência do prelado elvense, consumado com o auto de posse datado de 1883.¹⁷ Segue-se um período para o qual não conhecemos grandes alterações empreendidas no edifício, pelo que atribuímos ao facto deste não ter desempenhado qualquer função até ao ano de 1912, como teremos oportunidade de desenvolver seguidamente.

DESMANTELAMENTO DO ACERVO EPISCOPAL

Com a implementação da República e, consequentemente com a aplicação da Lei da Separação do Estado das Igrejas,¹⁸ o edifício do antigo Paço Episcopal e respectivo recheio (em grande parte conservado), inicia a partir destes acontecimentos históricos, novas etapas e funcionalidades. A documentação arquivística por nós analisada, referente ao edifício e seu espólio, tornou-se bastante mais numerosa para o século XX, da qual destacamos os inventários, os quais nos facultaram informações bastante relevantes para a história contemporânea do antigo Paço Episcopal e, muito particularmente, no que concerne ao seu espólio.

Por outro lado, a Lei da Separação viria a gerar uma circulação de bens artísticos à escala nacional¹⁹, apenas com paralelo aquando do processo extintivo das ordens religiosas em Portugal Continental, proporcionando um enriquecimento singular das colecções museológicas, quer nacionais quer regionais. [fig.03]

Por despacho do *Diário do Governo*, o edifício do antigo Paço é cedido à Câmara Municipal de Elvas, no ano de 1912, a título de arrendamento para fins de utilidade pública, tão grato ao novo sistema político institucionalizado. Acordado o valor a pagar

15. A.H.M.E., Bispado e Vigarias, Mss. 5/307, fl. 2v.

16. A.H.M.E., Bispado e Vigarias de Elvas, Mss. 5/304, fl. 2v. Encontramos referência a este mesmo quintal no Beco do Rato, que foi dependência do antigo Paço Episcopal de Elvas, num documento referente à transferência de bens para o Ministério das Finanças no ano de 1919, de que era requerente André Gonçalves. Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças (A.C.M.F.), ACMF/Arquivo/ CJBC/PTG/ELV/TRANS/010, Cx. 25.

17. Supomos ter sido por ocasião do auto de posse do Paço Episcopal, lavrado em 1883, que se efectuou o inventário dos bens da Mitra de Elvas, tal como estava previsto por decreto de 16 de Setembro de 1822 (Art. 2 e 3), feito na presença de Adolfo Augusto Caldeira, Desembargador do Arcebispo Metropolitano de Évora e, do último Vigário Capitular da diocese de Elvas, Dr. José Pereira Paiva Pitta. Segundo documento encontrado no A.H.M.E., sabemos terem transitado os bens e rendimentos da extinta Mitra de Elvas, para a de Évora. Ver A.H.M.E., Bispado e Vigarias de Elvas, Mss.5/304.

18. Dentro da complexidade da Lei da Separação, Clara Moura Soares chama a nossa atenção para o artigo 62.º que sintetiza aquele que era o seu maior objectivo, os seja, a obrigatoriedade da Igreja em declarar todos os bens imobiliários, mobiliários e edifícios, passando estas para propriedade do Estado, salvo as excepções que a lei previa, nomeadamente, nos casos em que esses mesmos bens se constituíam do ponto de vista jurídico, propriedade de pessoa particular ou corporação (SOARES, 2012: 84).

19. Estes percursos vão ao encontro da Lei da Separação, que no seu artigo 62.º previa a obrigatoriedade da Igreja declarar todos os bens imobiliários, mobiliários e edifícios, transitando para a propriedade do Estado, salvo os casos em que essa propriedade fosse de pessoa particular, ou corporação com identidade jurídica. Para um maior aprofundamento desta questão veja-se (SOARES, 2012: 86-87).



Fig. 03· Alçado principal do antigo Paço Episcopal de Elvas, I República (Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças/ARQUIVO/CJBC/PTG/ELV/ADMIN/028).

de noventa mil reis, o edifício acabava por ser cedido a título definitivo, em 1922, mediante o pagamento de uma indemnização no valor de dezoito mil reis, pagos à Comissão Central da Lei da Separação no total de vinte anualidades. Seguidamente, iniciam-se as obras necessárias de adaptação, para as quais foram despendidos doze contos de reis.²⁰

Deste modo, a partir de 1915, vamos assistir à instalação no antigo edifício do Paço Episcopal de inúmeros serviços estatais, como o tribunal, a repartição de finanças, a tesouraria da fazenda pública, a filial da Caixa Geral de Depósitos, o posto de polícia, a conservatória da comarca e a fiscalização dos impostos

do Estado, segundo consta de um documento datado de 18 de Maio de 1921, assinado por Júlio d'Alcantara Botelho, à data presidente da Comissão Executiva da Lei da Separação.²¹

No que diz respeito ao espólio existente no respectivo edifício, devemos ter em conta dois documentos, datados de 1859 e 1879,²² os quais se constituem como importantes fontes a considerar em estudos a realizar futuramente, dentro desta temática. O auto de posse de 1883 já aqui referido anteriormente, lavrado por Philippe Nery de Sousa Penalva, o qual pelo seu próprio carácter extintivo, inclui uma descrição espacial do edifício, até à data por nós desconhecida, sendo

20. Todo este processo foi concretizado em simultâneo com o edifício do seminário - instalado no antigo Colégio de Santiago, da Companhia de Jesus - que passa definitivamente a integrar de igual modo o património da Câmara Municipal de Elvas. Para um maior desenvolvimento destas questões consultar ACMF/ARQUIVO/CJBC/PTG/ELV/ADMIN/027, 028 e 053 e, *Diário do Governo*, 16-03-1922 [Decreto n.º 8:143].

21. ACMF/ARQUIVO/CJBC/PTG/ELV/ADMIN/028 e 058. Contém vários documentos relativos à cedência a título definitivo, à Câmara Municipal de Elvas, dos edifícios do Paço Episcopal e Seminário, mediante pagamento de indemnização para serem instaladas escolas, repartições públicas do Estado e concelhias ou quaisquer outros fins de reconhecida utilidade pública. A cedência mediante arrendamento já havia sido feita por decreto publicado no *Diário do Governo*, n.º 55, de 7 de Março de 1912.

22. Veja-se A.H.M.E., Bispado e Vigarias de Elvas, mss. 5/ 302, fl. 1.

a mesma acrescida de uma relação de diversos objectos artísticos existentes, inclusive, no âmbito da ourivesaria da prata.

Cinco outras referências, datadas do século XX, interessa ter em conta, nomeadamente, a relação do espólio de 1912, seguida de uma outra de 1915, referente ao mobiliário adquirido pela Câmara Municipal de Elvas. Uma outra de 1922, referente aos bens vendidos em hasta pública e, ao conjunto entregue à biblioteca e museu municipal. Por fim, a documentação produzida por ocasião da visita de Luis Keil, no ano de 1916, referente maioritariamente a bens artísticos religiosos, que seriam apeados por esta mesma altura para o Museu Nacional de Arte Antiga.²³

Devemos ainda sublinhar a singularidade do “arrolamento de bens mobiliários existentes no Paço Episcopal de Elvas, e destinado à Comissão Central de Execução da lei da Separação”²⁴ (1912), duplicado descoberto no Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças e, que detém a particularidade, face aos seus congéneres, de ter sido executado dependência a dependência, permitindo não só uma leitura espacial do edifício, muito próxima do quotidiano oitocentista, como permitindo a colocação de cada um dos objectos no espaço físico onde se encontravam à data da sua realização.²⁵

A globalidade do conjunto documental que temos vindo a enumerar, permitiu-nos reunir um conjunto de informação quanto a tipologias e materiais, e consequentemente identificar um significativo número de percursos empreendidos pelos bens artísticos que vão desde a pintura à escultura, sendo o universo das artes decorativas o mais significativo (mobiliário²⁶,

paramentaria, faiança, azulejaria, metais, joalheria e ourivesaria). Especial realce devemos atribuir aos aproximadamente três mil volumes que formavam a biblioteca, para já não citar a produção documental do arquivo episcopal discriminado nos inventários supracitados e, devidamente identificados os destinos conferidos aos mesmos.²⁷

No ano de 1915 procede-se à distribuição dos exemplares provenientes da biblioteca-arquivo dos prelados elvenses, contemplando-se para esse efeito a Torre do Tombo, a Biblioteca Nacional e a Biblioteca Municipal de Elvas, segundo refere Júlio Dantas, Inspector das Bibliotecas Eruditas e Arquivos, em carta datada de Maio do dito ano. Sabemos de igual modo, ter sido este um processo dificultado pelos funcionários da Comissão Central aquando da deslocação a Elvas de um delegado da Inspecção das Bibliotecas e Arquivos Nacionais, muito possivelmente para proceder à selecção do referido espólio e reenvio do mesmo para Lisboa. Tais dificuldades poderiam estar relacionadas com o apelo feito por João da Piedade, presidente da Comissão Concelhia dos Bens Eclesiásticos da cidade de Elvas, no sentido de se evitar a transferência dos ditos livros e mobiliário antigo (ainda que de pouco valor), defendendo que os mesmos deveriam permanecer naquela cidade à guarda do Museu Municipal e, os restantes distribuídos por departamentos públicos.²⁸

Sendo da responsabilidade da referida Comissão Central, a guarda dos objectos arrolados por efeito da Lei da Separação, assim como o destino a dar aos mesmos, impunha-se todo um conjunto de processos normativos a cumprir, entre eles um exame dos bens artísticos que no caso aqui em análise foi realizado

23. ACMF/ARQUIVO/CJBC/PTG/ELV/CGERE/028 e B.M.N.A.A., Documentação Geral. Os inventários eram da responsabilidade das Comissões concelhias, como atesta o exemplo elvense de 1912, acima referido, dependendo este organismo da Comissão Central de Execução da Lei da Separação. Pese embora essas comissões concelhias tivessem um prazo para a concretização dessa inventariação – com início em Junho de 1911 a final de Agosto do referido ano – esse prazo era não raras vezes transgredido por questões burocráticas, flexibilidade que vamos encontrar na realidade elvense (SOARES, 2012: 86-87; SEABRA, 2010: 226).

24. A.C.M.F., Arrolamentos, Cx. 27, Livro 65, fl. 209-217.

25. Os inventários eram da responsabilidade das comissões concelhias - como nos esclarece Clara Moura Soares e, que pudemos confirmar com documentação analisada para o caso elvense (1912) – era um organismo que dependia da Comissão Central da Execução da Lei da Separação (SOARES, 2012: 84-85).

26. No que diz respeito ao mobiliário, devemos sublinhar, a solicitação feita em 1881, em nome do inspector da Academia Real de Belas Artes de Lisboa, o transporte de dois armários (um de carvalho e outro de ébano), sob pretexto de se proceder ao respectivo restauro dos mesmos, “dado o seu merecimento artístico”, com o intuito de poderem integrar a representação portuguesa na exposição de Londres. Uma outra carta da Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, assinada por António José de Barros e Sá (em nome de sua majestade), de 8 de Agosto de 1881, e remetida ao Vigário Capitular, informa que os armários permanecerão no museu da Academia Real de Bellas Artes, para poderem ser devidamente apreciados e melhor conservados, salvaguardando a propriedade dos mesmos por parte da Mitra de Elvas, a qual poderia reaver os mesmos sempre que os mesmos se afigurassem necessários à dita instituição. É sobre esta mesma realidade – comprovada pela documentação existente no Arquivo Histórico Municipal de Elvas – que Jorge Custódio chama à nossa atenção para o retardamento na devolução das peças aos seus proprietários, só justificados por uma “necessidade em substituir os objectos devolvidos por outros ou pelos mesmos, no caso destes últimos aos conventos em extinção” (CUSTÓDIO, 2011: 611).

27. ACMF/ARQUIVO/CJBC/PTG/ELV/ADMIN/028.

28. ACMF/ARQUIVO/CJBC/PTG/ELV/ADMIN/028.

pelo director do Museu Nacional de Arte Antiga, Dr. José de Figueiredo, e posteriormente pelo delegado do Conselho de Arte e Arqueologia da 1.ª circunscrição, Luis Keil, conservador do referido museu, devidamente acompanhado pelo chefe da secretaria da dita comissão.

A viagem empreendida por Luis Keil a Elvas²⁹ (e Portalegre), foi determinante para o desmantelamento do edifício episcopal, a partir do qual que se tornaria um processo irreversível. Fazendo uso das suas próprias palavras, diz o dito conservador, dirigindo-se ao Dr. José de Figueiredo, ter sido “Encarregado por V.ª Exc.ª de fazer remover para o Museu Nacional de Arte Antiga, um tecto do século XVII e mais painéis de azulejo, que guarneciam o paço episcopal de Elvas”.³⁰ Nos quatro dias em que permaneceu naquela cidade, procedeu-se à remoção “da sala contigua aquela que estava o tecto, azulejos que constituíam um rodapé com 19,38 cm de comprimento e 1,44 cm de altura. Ainda se retiraram alguns azulejos da outra sala, devendo voltar a Elvas o mestre João Felix Antunes para deslocar os restantes”.³¹

E continua o seu relatório esclarecendo ainda, “Como V.ª Exc.ª sabe, existem nas salas do Paço Episcopal, na parte afecta ao tribunal, azulejos eguaes aos que foram agora retirados. Deparei porem com serias

dificuldades para o fazer deslocar, especialmente os que estão na “sala do juiz”. Limitei-me portanto a ordenar que fossem retirados os da “sala do escrivão” e uma porção que encontrei n’uma dependencia do andar superior do paço. Todos estes, não possuem a cercadura igual/ à que guarnece o rodapé já deslocado e os painéis da “sala do escrivão” medem somente, 0,90 cm de altura. O tecto que mede 8,47 cm x 5,79 cm é de madeira de carvalho, achando um sofrível estado de conservação. Já foi todo apeado, e esta devidamente encaxotado, esperando ocasião oportuna para ser enviado para Lisboa.”.³²

Após a consulta prévia a respeito do valor artístico, histórico e arqueológico dos espécimes, estes assumiam duas catalogações possíveis: os de reconhecido valor artístico, automaticamente escolhidos e encaminhados para os museus nacionais e, ou regionais, (diferenciação que se prendia em termos práticos, com a qualidade artística dos mesmos), ou aqueles que por serem desnecessários ao exercício do culto público e, não tendo implícito um trabalho primoroso, eram alienados conforme o estipulado nas disposições legais.³³ Para este último caso, podemos incluir o conjunto de móveis vendidos ao município elvense, em 1915, e posteriormente redistribuídos por diversas repartições públicas, entre as quais se inclui o registo civil, a biblioteca, o museu e o celeiro municipal.³⁴ Outros conjuntos

29. Como tivemos oportunidade de referir num outro estudo por nós publicado, para além da sua passagem pelo Paço Episcopal de Elvas, durante a sua permanencia na cidade, o conservador do M.N.A.A., Luis Keil, teve oportunidade de visitar diversos outros edificios, nomeadamente a Igreja de S. Maria da Alcáçova, a Igreja de S. Pedro, Igreja das freiras dominicanas, Igreja das freiras de Santa Clara, Sé, Trem de Elvas, Palácio dos marqueses de Alegrete, onde viu cinco tapeçarias de Dabuson, com representações bíblicas, todas elas posteriores a 1732. Ver Biblioteca do Museu Nacional de Arte Antiga (B.M.N.A.A.), *Documentação Geral*, fl. 3v-4.

30. ACMF/ARQUIVO/CJBC/PTG/ELV/ADMIN/028.

31. ACMF/ARQUIVO/CJBC/PTG/ELV/ADMIN/028.

32. ACMF/ARQUIVO/CJBC/PTG/ELV/ADMIN/028. Note-se que os anos compreendidos entre 1915 a 1917, em que decorre todo este processo aqui em análise, foi segundo João Seabra, os mais gloriosos da Comissão Central de Execução, sendo de referir a publicação dos “«pareceres» às centenas”, o “organiza e leva a despacho (...) os processos de distribuição dos bens paroquiais e diocesanos”, já não referindo o exercício de “autoridade disciplinar sobre os padres” (SEABRA, 2010: 226). De todas as peças enviadas para o Museu das Janelas Verdes em Lisboa, os tectos e os painéis azulejares seiscentistas das casas episcopais da cidade de Elvas, constituem os elementos para os quais não se conhece qualquer referência, desconhecendo-se mesmo outros dados relativamente ao circuito por eles empreendidos. Esta instituição museológica receptora de peças provenientes de toda uma geografia, correspondente *grosso modo* ao território compreendido entre a linha do Tejo e a região algarvia, inclusive, levaria progressivamente a uma diminuição da sua capacidade de reserva. Desse modo, passava a deter um papel distribuidor das peças com menos valor que ali davam entrada, muitas vezes uma distribuição que implicava uma mudança geográfica significativa, a qual a somar aos frequentes extravios poderão explicar hipoteticamente as ausências de informação relativamente aos conjuntos acima mencionados (CUSTÓDIO, 2011: 613-614).

33. ACMF/ARQUIVO/CJBC/PTG/ELV/ADMIN/028. As duas possibilidade surge na própria documentação (1916) ao referir a “conveniência que o Estado teria em fazer também classificar os moveis, as ricas alfaias e paramentos pertencentes ao Paço Episcopal desta cidade, ainda não classificados, de fórma a pôder dar destino condigno, onde podessem sêr admiradas, aos que tenham valôr histórico ou artístico e a fazer vender em hasta pública os restantes”.

34. ACMF/ARQUIVO/CJBC/PTG/ELV/ADMIN/028, ACMF/ARQUIVO/CJBC/PTG/ELV/CEDEN/001 e, ainda o *Diário do Governo*, 4-04-1922 (Portaria n.º 3:145). Temos conhecimento de uma relação de mobiliário ordinário proveniente do antigo Paço Episcopal, datada de 1915, que o município adquiriu para redistribuir pelos vários departamentos, tendo pago pelos mesmos a quantia de 45\$000. Nova solicitação por parte desta mesma instituição municipal, já no ano de 1922, vinha no sentido de adquirir a título definitivo e por venda, alguns objectos com a mesma proveniência, de que é exemplo um guarda-louça, que passou a servir de estante para livros no registo civil; uma secretária de seis gavetas e um gavetão, para o museu municipal; quatro outras estantes de pinho, dez outras da mesma madeira e mais pequenas, seis varões de ferro dourado, mais quatro estantes de pinho, todas param o dito museu. Um escadote destinado para a Biblioteca e, duas mesas de pinho, danificadas, passaram para o celeiro municipal.

seriam vendidos em hasta pública, procedendo-se à realização de um leilão conforme anunciava o periódico *A Fronteira*:

“Por ordem da Comissão Central de Execução da Lei da Separação do Estado das Igrejas, faz público que no dia 12 do próximo mês de Fevereiro, às 13 horas, e nos dias imediatos, até conclusão, se procederá á venda em hasta pública, na “Casa do Trem”, às “Portas da Esquina”, na cidade de Elvas, dos móveis, paramentos e alfaias do antigo paço episcopal e extinto seminário da mesma cidade”.³⁵

A realização do referido leilão, mereceu um pedido por parte do Dr. José de Figueiredo para uma reavaliação das peças propostas a leilão e, conseqüente resposta pelo presidente da Comissão Central. Com a venda dos objectos em leilão, foi arrecadada a quantia líquida de 11.249\$00, depositados em 15 de Fevereiro de 1922 na Caixa Geral de Depósitos, à ordem da Comissão Central.³⁶

A deslocação a Elvas, da dita Comissão do Conselho de Arte e Arqueologia, não era mais do que um resultado de um pedido feito por parte da Comissão Central, de modo a se proceder à mencionada avaliação, evitando eventuais extravios das peças de relevante valor artístico, ou segundo nos esclarece a documentação, por “parte desses objectos ficaram desde então expostos e os restantes por lá se encontrarem em arrecadações, sem se beneficiarem e restaurarem, correndo o risco de se perderem por completo”.³⁷

Corroborava essa mesma opinião o Sr. Ministro da Instrução, que já havia alertado o vogal do Conselho

de Arte e Arqueologia de Lisboa, encarregado de proceder à referida avaliação, para “A deterioração que, dia a dia, vem sofrendo os moveis mal armazenados em dependências do mesmo paço sem condições algumas para o fim e a péssima arrumação dos paramentos e alfaias – alguns bem dignos de museus – aquelles em gavetas descoberto e estas amontoadas a granel em caixas, uns e outros depositados numa dependência do quartel da guarda fiscal desta cidade”.³⁸

A possibilidade de extravio neste tipo de situações, envolvendo conjuntos significativos de bens artísticos, constituía uma realidade claramente manifestada a 23 de Janeiro de 1916, quando em sessão ordinária da Comissão Concelhia da Administração de Bens do Estado em Elvas, foram mencionados os objectos em falta, nomeadamente, um livro pontifical romano com capa de marroquim e um quadro a óleo.³⁹ Segundo o delegado António Eduardo Correia, presente na dita sessão, desconhece-se o destino dado aos mesmos, mas acreditamos terem sido remetidos para Lisboa, por iniciativa do delegado das Bibliotecas Eruditas, que havia visitado a cidade.

Face a todas estas possibilidades, sabemos ter sido requerido, no mesmo ano de 1915, por parte da Delegação da Procuradoria da República na comarca da cidade de Elvas, à Junta da Paróquia, a remoção para a Igreja de N.ª Sr.ª da Assunção, das imagens devocionais e alfaias religiosas, dado o risco de deterioração em que as mesma ocorriam, por se encontrarem “mal condicionados num pequeno compartimento, que serviu de sacristia”.⁴⁰ Iniciava-se, deste modo, o desmantelamento parcial da capela do antigo Paço Episcopal.

35. ACMF/ARQUIVO/CJBC/PTG/ELV/CGERE/028. O conhecimento desta documentação, permite-nos concordar com a afirmação proferida por Clara Moura Soares, quanto ao cumprimento das prerrogativas estipuladas pela Lei da Separação, que apenas previa a venda dos conjuntos que se apresentassem como desnecessárias ao culto da Igreja católica (SOARES, 2012: 92).

36. ACMF/ARQUIVO/CJBC/PTG/ELV/CGERE/028. Neste mesmo fundo documental existe uma “relação intitulada de Moveis e utensílios, paramentos e alfaias do antigo Paço Episcopal de Elvas” (n.º de lote, designação, nome do adjudicatário, avaliação e, adjudicação). A venda em hasta pública destes objectos cumpria deste modo, a prerrogativa estipulada pela lei, que apenas previa a venda dos objectos desnecessários ao culto, como refere Clara Moura Soares (SOARES, 2012: 88).

37. ACMF/ARQUIVO/CJBC/PTG/ELV/CEDE/001. A respeito dos muitos extravios verificados no decorrer de todo este processo de cariz nacional, João Seabra refere a necessidade de criar leis “proibindo os membros das comissões de administração de negociar em objectos de arte”. A instauração de inquéritos “às comissões de administração dos bens do Estado”, constituíam outro dos exemplos pelo autor, assim como, “o cobro à situação de despilfarro e regabofe” decorrido da entrega dos bens da Igreja aos «homens bons», por Afonso Costa e pela Comissão Central (SEABRA, 2010: 226-227).

38. ACMF/ARQUIVO/CJBC/PTG/ELV/CEDE/001. Datado de 21 de Fevereiro de 1916 surge-nos um outro comunicado da parte da Comissão Central, endereçado ao Dr. José de Figueiredo, enquanto presidente do Concelho de Arte e Arqueologia, no sentido da necessidade urgente “de dar destino ao recheio do seminário e Paço Episcopal de Elvas, pois que alguns dos objectos que ali se encontravam já levaram descaminho e outras se estão deteriorando, - rogo a V.º Exc.º se digne a ir áquella cidade examinar os objectos que se acham no citado edificio e informar-me se alguns teem merecimento bastante, para serem recolhidos em qualquer museu”. Ver B.M.N.A.A., Documentação Geral.

39. Na mencionada sessão ordinária, ainda que não referenciados, mas constantes da relação conhecida uma caixa forrada de vermelho, contendo três ânforas de metal, um tocador pequeno para colocar sob cómoda e, um baú de madeira.

40. ACMF/ARQUIVO/CJBC/PTG/ELV/ADMIN/059.

Se uma parte dos espécimes de ourivesaria religiosa haveria passado para a Matriz elvense, outra houve que seria cedida ao Museu Municipal, no ano de 1922, como já tivemos oportunidade de mencionar anteriormente. Por ocasião do encerramento deste último em 2001 e, conseqüente deposição do dito espólio em armazém camarário, sabemos terem sido cedidas algumas peças de prataria aquando da organização, que antecedeu a abertura do Museu de Arte Sacra de Elvas.⁴¹ Assim, da lista anexa ao protocolo celebrada entre ambas as instituições referidas a 16 de Novembro de 1999,⁴² podemos constatar, no que respeita à ourivesaria da prata, que os espécimes constantes, são maioritariamente de carácter religioso, pese embora a função afecta a alguns, conferindo simultaneamente um uso religioso e civil.

Não podemos pois, deixar de mencionar no contexto da prataria proveniente da “caza do senhor bispo”⁴³, existente nesse espaço museológico elvense, o cálice oferendado por Filipe II de Espanha no contexto da política diplomática desenvolvida junto dos prelados portugueses, muito particularmente nas regiões na linha de fronteira. Datado de 1581, e atribuído a Juan Rodrigues de Babia este “testemunho de *pietas filipinas*” (Goulart, 2008: 68-69) constitui um verdadeiro testemunho de como a arte se pode constituir num instrumento privilegiado da diplomacia, estimulando por essa via a circulação de peças e artistas, mas também das próprias relações artísticas entre centros de produção (Colomer, 2003: 15). [fig.04]

Interessa sublinhar ainda, que da totalidade de peças de prataria religiosa existentes no Museu Nacional de Arte Antiga, com proveniência da cidade de Elvas, são



Fig. 04- Cálice limosnero, com as armas de Filipe II de Espanha. Prata fundida, repuxada, cinzelada, gravada e dourada (A. 25,8 cm x D. 15,1 cm; P. 1169,5 gr). Museu de Arte Sacra de Elvas – EL. SA. 1.010 our (Fotografia do Inventário da Arquidiocese de Évora).⁵¹

41. O protocolo a que aludidos imediatamente acima, previa a transferência do Museu Municipal para o Museu de arte Sacra de Elvas, de um conjunto significativo de peças, devidamente distribuídas por vestes litúrgicas, pintura e, um outro grupo denominado de outras peças, onde se incluem mobiliário, dois baixos-relevos pertencentes á antiga capela de Santo António, desmantelada a quando da visita de Luís Keil a Elvas e, uma parte enviada para o MNAA, Terço, e Cristo crucificado em marfim, peça que apresenta falhas ao nível do cendal. Como tivemos oportunidade de referir anteriormente, estas não provêm exclusivamente do Paço Episcopal, constituindo antes, um conjunto proveniente dos bens da Mitra, como comprova a existência dos painéis da segunda metade de quinhentos, atribuídos à oficina de Luis Morales e, oriunda do antigo retábulo da Sé (N.º S.º da Assunção, Anunciação e Sant’Ana e S, Joaquim). Do mesmo período, a imagem escultórica de Nossa Senhora com o Menino (escola de João de Ruão), que em tempos chegou a ser orago sob a denominação de N.º S.º da Praça. As alfaias litúrgicas, constituíam o conjunto mais significativo de todos, incluindo para além dos trabalhos de centros de produção nacional, bastante mais significativo, as peças compradas em Roma por D. Baltazar de Faria Vilas Boas, no ano de 1749, como tivemos oportunidade de mencionar no decorrer deste estudo.

42. Agradecemos ao Professor Artur Goulart de Melo Borges a disponibilização do referido documento, bem como demais contributos pertinentes no contexto deste estudo.

43. Este cálice encontra-se referido nos inúmeros inventários por nós conhecidos para o Cabido da Sé de Elvas desde 1656, data mais antiga cronologicamente, pelo que acabaria por ser repetido na generalidade nos inventários posteriores (1671, 1672, 1694). Há porém, ainda assim, algumas notas que diferem, e nesse sentido com relevância para o seu estudo, nomeadamente, quando refere em 1671, “um calix de prata sobredourado cham com sua patena da mesma forma que deu a esta Sancta Sé El Rei Felipe 2.º”, patena que hoje julgamos inexistente, ou a referência à margem que encontramos no ano imediatamente a seguir, que nos diz encontrar-se fora, na residência do prelado elvense, pelo que «vindo de fora aqui declara». Veja-se os inventários de bens (1656-1672): A.H.M.E., Cabido da Sé de Elvas, Mss. 70.

as pertencentes ao antigo Paço Episcopal aquelas que se encontram em maior número, conhecendo-se apenas uma cruz processional quatrocentista, proveniente do convento dominicano elvense.

Quando comparados o arrolamento dos objectos existentes no Paço Episcopal, realizado em 1912 e, aquela que foi na relação dos espécimes que deram entrada no citado museu lisboeta em 1916, notamos ainda que ligeiramente, uma diferença que importa referir. Assim, o número de peças seleccionadas pela Comissão Concelhia de Administração dos Bens das Igrejas e destinada à Comissão Central de Execução da Lei da Separação – prevendo já a instituição receptora – não encontra relação com aquelas que no ano de 1916 deram efectivamente entrada no Museu Nacional de Arte Antiga.⁴⁴

Do mesmo modo, vamos encontramos nessa mesma relação a entrada de peças que não constavam na relação de 1912, como é o caso dos três pratos setecentistas de prata lisa, ostentando as armas do bispo D. Lourenço de Lencastre e, que fazem parte daquela que é hoje a Colecção de Ourivesaria (civil) permanente da referida instituição museológica. Peça coincidente em ambas as referências documentais é a bacia de prata dourada, notável exemplar da ourivesaria maneirista peninsular do final de quinhentos, existente na mesma colecção.⁴⁵ Trata-se de um exemplar que dificilmente passaria despercebido, dada a sua participação na Exposição Ornamental

de 1882, a qual se viria a tornar num “campo indispensável ao processo de selecção, inventariação e recolha de bens conventuais” (CUSTÓDIO, 2011, 610), e que agora generalizamos aos bens da igreja secular.

Mediante todo o cenário de circulação de objectos artísticos, seriam privilegiadas diversas instituições museológicas, sendo o Museu Nacional de Arte Antiga o receptor por excelência dos bens provenientes, sobretudo, de geografias mais a Sul do país.⁴⁶ Acrescente-se ainda, o Museu Municipal de Elvas, para o qual se verifica a maior entrada de objectos, provenientes daquela que foi a antiga residência do prelado elvense no decorrer de mais de três séculos, facto que permitiu um significativo enriquecimento das colecções da citada instituição museológica, mas também da biblioteca municipal e, daquele que é hoje o Arquivo Histórico Municipal da cidade. Essa transferência, apenas ocorreria em 1922, depois do exame, da escolha e do envio de uma significativa parte do espólio do antigo Paço Episcopal de Elvas, para instituições museológicas⁴⁷, arquivísticas e bibliotecárias na cidade de Lisboa, tendo-se procedido à realização do auto de entrega a título de depósito, por parte da Comissão Central de Execução da Lei da Separação do Estado das Igrejas à Câmara Municipal de Elvas, de um conjunto composto de alfaias, livros, móveis, paramentos, porcelanas, vidros e outros utensílios,⁴⁸ de modo a poderem figurar na biblioteca e museu municipal daquela cidade.⁴⁹

44. ACMF/ARQUIVO/CJBC/PTG/ELV/CGERE/028 e A.C.M.F. Arrolamentos, Cx. 27, livro 65.

45. ACMF/ARQUIVO/CJBC/PTG/ELV/CGERE/028.

46. ACMF/ARQUIVO/CJBC/PTG/ELV/CGERE/028. A relação dos objectos do antigo Paço Episcopal de Elvas que foram recolhidos no M.N.A.A., não se encontra completa.

47. A lei da Separação, tal como a Lei de Extinção das Ordens Religiosas de 1834, se por um lado permitiram um enriquecimento inigualável das colecções museológicas nacionais, não podemos deixar de reflectir nos encargos que essa entrada massificadora de objectos representou para essas mesmas instituições. Acresce ainda, a descontextualização imposta aos mesmos (SOARES, 2012: 89), criando num mesmo objecto duas dimensões de sacralidade: como acto de fé e como acto de cultura, como referia António Felipe Pimentel por ocasião da segunda edição “Conversas sobre Arte”, promovida pelo Secretariado Nacional Bens Culturais da Igreja e, decorrida no Museu Diocesano de Santarém, a 25 de Abril de 2015.

48. Da pintura que transitou do Paço dos bispos de Elvas, para o Museu Municipal da mesma cidade, não vimos qualquer alusão referente a retratos de personalidades ligadas à Companhia de Jesus, que à data da extinção do colégio elvense teriam transitado para a residência episcopal em finais do século XIX. Entre elas sabemos da existência de um retrato (século XVI-XVII), de Álvares Mendes, jesuíta elvense, morto por calvinistas. Segundo nos refere Victorino d’Almada, este foi pertença do Colégio de S. Tiago, onde permaneceu até à data da sua extinção, transitando posteriormente para o Paço Episcopal (Almada, 1889: 318). De referir algumas peças provenientes do extinto convento de N.º S.º dos Remédios (ordem de S. Paulo), como são dois quadros a óleo com moldura de cana dourada, constantes da capela do extinto Paço Episcopal, segundo o inventário de bens datado de 20 de Abril de 1912. Conferir A.C.M.F., Arrolamentos, Cx. 27, Livro 65, fl. 213. Também de proveniência paulista é a cruz de altar setecentista, com escultura de vulto pleno em marfim, hoje pertença da Igreja de N.º S.º da Assunção de Elvas. Segundo um inventário de 1825 e 1834, realizado a quando da extinção das ordens religiosas, esta encontrava-se em um oratório existente no coro da dita Igreja regular. Acresce uma outra referência por nós encontrada no Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças, onde refere a existência de uma cruz de madeira preta com Cristo de marfim, actualmente na Sala Capitular, e que foi pertença do dito convento de S. Paulo de Elvas (Borges, 2009: 60-61). Ver ainda A.N.T.T., Convento de N.º S.º dos Remédios, Livro 5, fl. 14 e, Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, Cx. 2213, Capilha n.º 3, fl. 8 (correspondente às imagens da igreja inventariados - coro).

49. ACMF/ARQUIVO/CJBC/PTG/ELV/CGERE/028 (Auto de entrega, 1922).

Relativamente ao Museu Nacional de Arte Antiga, sabemos encontrarem-se ali recolhidos um conjunto artístico, coincidente na sua totalidade com os constantes na relação de objectos que ali deram entrada no ano de 1916, pelo que se encontrava juntamente com os espécimes de ourivesaria da prata, um conjunto de paramentaria, livros e molduras. Não podemos deixar de acrescentar, no presente contexto, duas outras entradas de peças nas colecções da referida instituição, nomeadamente, em

1917, resultante da visita à cidade de Elvas de Luís Keil, a qual incluía a passagem por diversos espaços de interesse artístico, tendo sido aquele aqui em análise, o que maior interesse suscitou junto do mesmo (GRANCHO, 2013: 131). Uma segunda entrada de conjuntos artísticos teria ocorrido em 1931, desta vez provenientes das capelanias militares, ocorrência igualmente justificada pela Lei da Separação, pese embora a discrepância cronológica verificada para a sua incorporação no M.N.A.A.⁵⁰

ARQUIVO CONTEMPORÂNEO DO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Arrolamentos, Caixa 27, Livro 65, fl. 210-217*

Inventário dos bens; mobiliário. Livros e outros artigos existentes no Paço do Bispo da cidade d' Elvas, em 29 d'Abril de 1912**

DESCRIÇÃO

DESTINO

[Sala da entrada]

/fl. 209/ Uma mesa antiga torneada (madeira de fora)

Museu de Elvas

[Outra sala imediata]

Uma mesa redonda com abão (nogueira)

Museu de Elvas

Uma mesa com duas gavetas com pedra D. João V

Museu de Elvas

Uma mesa torneada (madeira de fora)

Museu de Elvas

Cinco travessas grandes, antigas (deterioradas)

Museu de Elvas

Duas terrinas antigas com tampas

Museu de Elvas

Uma galheta de louça da índia (antiga)

Museu de Elvas

Seis chávenas com pires, cinco colheres de metal e um caço (partidos)

Museu de Elvas

Um quadro (Concílios gerães)

Museu de Elvas

[Sala da copa]

/ fl. 210v/ Uma brazeira de cobre

Museu de Elvas

Uma janela grande de cobre

Museu de Elvas

Quatro caldeiras de cobre, dois grandes e dois pequenos

Museu de Elvas

Oito caçarolas de cobre (diferentes tamanhos)

Museu de Elvas

Três sertãs de cobre

Museu de Elvas

Uma tampa branca (sem terrina)

Museu de Elvas

* Escrito sobre o texto original: "Os móveis, paramentos, utensílios e alfaias/ do antigo Paço Episcopal de Elvas foram,/ os que tinham valor artísticos, histórico ou arqueo- lógico, entregues ao Museu Nacional de Arte Antiga de Lisboa e ao Museu Municipal d'Elvas, e os restantes vendidos na hasta pública efectuada em Elvas nos/ dias 12 e 13 de Fevereiro de 1922//Veja recibos dos Museu e relações do leilão no/ processo n.º 495, junto aos documentos de receita e/ despesa da Comissão Central, da gerência de 1921. 1922/ [assinatura]//".

** Dada a significativa extensão do referido inventário, incompatível com a presente publicação, optamos apenas por incluir as peças cujos destinos museológicos são relevados na documentação acima supracitada. Optamos de igual modo, por manter a ordem sequencial constante do original.

50. A questão dos espécimes que deram entrada no ano de 1917 no MNAA, provenientes das capelanias militares elvenses mereceu um estudo publicado recentemente (Grancho, 2013: 124-13).

51. O autor agradece à Arquidiocese de Évora a autorização concedida para incluir neste estudo a imagem de uma peça que integra a Colecção do Museu de Arte Sacra de Elvas.

DESCRIÇÃO	DESTINO
[Sala de Recepção]	
Cinco quadros a óleo, sendo 3 retratados de bispos um de S. Francisco e um de N.º Sr.º	Museu de Elvas
Sete cadeiras de braços com estofos	Museu de Elvas
Quatro castiças de casquinha	Museu de Elvas
Uma urna de casquinha	Museu de Elvas
Uma bilheteira de vidro/ fl. 111/	Museu de Elvas
[Escritório]	
Sete cadeiras com estofos (damasco encarnado)	Museu de Elvas (estampa)
Duas cadeiras de braços	Museu de Elvas
Uma mesa com oito gavetas e pés torneados (madeira de fora)	Museu de Elvas
Uma mesa com três gavetas e pés torneados (madeira de fora)	Museu de Elvas
Uma secretária com suas gavetas (moderna)	Museu de Elvas
Duas mangas de vidro	Museu de Elvas
Duas jarras de porcelana	Museu de Elvas
Dois castiçais de vidro	Museu de Elvas
[Uma casa imediata]	
Um quadro a óleo (oval)	Museu de Elvas
Uma papeleira antiga, com ferragens, gavetão e escavinhos	Museu de Elvas
Uma cómoda com pedras D. João V	Museu de Elvas
Uma secretária de madeira	Museu de Elvas
Três cadeiras de palhinha	Museu de Elvas
[Outra divisão]	
Dois quadros a óleo	Museu de Elvas
Três cadeiras de braços pintados de amarelo	Museu de Elvas
Uma cómoda com três gavetas (nogueira)	Museu de Elvas
[Segue o arquivo]	
/ fl. 211v/ Cento e vinte cinco volumes (diversos do governo)	Biblioteca de Elvas
Setenta e quatro volumes da Câmara dos deputados	Biblioteca de Elvas
Três caixas das juntas de parochia	Biblioteca de Elvas
Cinquenta e dois livros, correspondência do Vigário Geral	Biblioteca de Elvas
Treze coleções de leis	Biblioteca de Elvas
Um maço de papeis da mordomia de N.º Sr.º da Guia	Biblioteca de Elvas
Um carimbo em mau estado	Biblioteca de Elvas
Trinta e nove maços de papeis e cadernos avulsos, referentes á Mitra d'Elvas	Biblioteca de Elvas
Um padrão do infantado as freiras de Olivença	Biblioteca Nacional
Um maço de relatórios de seminário	Biblioteca de Elvas
Três maços de folhetos do postolado da oração	Biblioteca de Elvas
Dois maços de anaes da propagação da fé	Biblioteca de Elvas
Trinta e quatro maços de folhinhas eclesiásticas de diferentes anos	Biblioteca de Elvas
Um maço de diferentes livretes	Biblioteca de Elvas

DESCRIÇÃO	DESTINO
Oito livros com capa de pergaminho manuscrito	Biblioteca de Elvas
Dose livros manuscritos encadernados	Biblioteca de Elvas
Um livro com capa de marroquim, escrito em parte	Biblioteca de Elvas
Um livro com congroas paroquiais	Biblioteca de Elvas
Treze Diários do Governo, 12 de 1888 e um de 1889	Biblioteca de Elvas
[Biblioteca]	
Um quadro com a rainha D. Maria em gravura	Museu de Elvas (o quadro) Lisboa (moldura)
Dezaseis quadros a olio de diferentes bispos	Lisboa (2 molduras)
Dois mil dozentos quarenta e cinco livros	Biblioteca de Elvas
[A seguir um corredor]	
Oitocentos e noventa e sete livros	Biblioteca de Elvas
Um livro pontifical romano com capa de marroquino	Museu de Lisboa
[Mais uma divisão]	
/fl. 112/ Um quadro a olio grande (S. Thomaz d'Aquino)	Museu de Elvas
Um quadro pequeno redondo, representando o Salvador	Museu de Elvas
Dois jarros (gomil) pequenos antigos (mau estado)	Museu de Elvas
Um prato antigo da Índia (quebrado)	Museu de Elvas
[Arrecadação]	
Um sofá de madeira sem assento Luis XV	Museu de Elvas
Três faldistorios, dois de madeira e um de metal amarelo (mau estado)/ fl. 212v/	Museu de Elvas
Duas lateiras	Museu de Elvas (uma) Venda (uma)
Uma imagem de N.ª Sr.ª do carmo, com o menino, tendo duas/ coroas de prata (falta o menino)	Museu de Elvas
Uma imagem de S. João Evangelista, de barro	Museu de Elvas
Um crucifixo de madeira com resplendor de metal	Museu de Elvas
Um missal	Biblioteca
Uma casula encarnada, de setim aos raminhos dourados, estola manipulo e pasta de corporaes	Museu de Elvas
Um pano de seda branco com galão fino	Museu de Elvas
Um coxim roxo e verde de damasco	Museu de Elvas
Um coxim branco damasco tecido a ouro	Museu de Elvas
/ fl. 214/ Um gremial de lhama roxo (dourado a ouro) com galão fino	Museu de Elvas
Uma casula de damasco roxo bordada com relevo, estola, manipulo, pasta de corporaes e veu	Museu de Elvas
Um gremial encarnado de lhama bordado (a ouro) em alto relevo	Museu de Lisboa
Um gremial de setim encarnado e bordado (a ouro) com galão fino	Museu de Elvas
Uma casula de seda branca, lavrada a ouro, estola, manipulo e pasta de corporaes	Museu de Elvas
Uma casula branca de lhama branca bordada a ouro, estola, manipulo e pasta e corporaes	Museu de Elvas

DESCRIÇÃO	DESTINO
Uma casula de lhama branca bordada a ouro, estola, manipulo e pasta de corporaes	Museu de Elvas
Um gremial de damasco branco, bordado a ouro, estola, manipulo e pasta de corporaes	Museu de Elvas
Uma casula encarnada de lhama bordada (a ouro) em alto relevo, estola, manipulo, pasta de corporaes e veu	Museu de Elvas
Dois pares de luvas encarnadas de seda, bordadas a ouro	Museu de Elvas (uma) Museu de Lisboa (uma)
Um par de luvas de seda roxas bordadas	Museu de Elvas
Um par de luvas verdes de seda bordadas	Museu de Elvas
Dois pares de luvas de seda bordadas	Museu de Elvas (uma) Museu de Lisboa (uma)
Uma capa de lhama encarnada com sebasto bordado em /fl. 214v/ alto relevo – 3.º	Museu de Lisboa
Uma capa de lhama branca com sebasto bordado em alto relevo	Museu de Lisboa
Uma mitra de lhama branca, bordada com pedras encostadas em prata	Museu de Elvas
Uma mitra de lhama branca bordada com pedras encostadas em prata	Museu de Elvas
Uma mitra de lhama branca com pedras encostadas em prata	Museu de Elvas
Uma caixa forrada de marroquim encarnado (contendo três frascos de cristal)	Museu de Elvas
Uma mitra de lhama branca bordada com pedras encastadas em prata	Museu de Lisboa
Uma mitra de seda branca bordada a ouro	Museu de Elvas
Dezaseis livros de pontifical	Museu de Lisboa (três) Biblioteca de Elvas (restantes)
Sete colchas de damasco encarnado	Museu de Elvas
Um retalho de fazenda azul (gougarão)	Museu de Elvas
[Altar]	
Tres toalhas, uma com renda, e duas lisas	Museu de Lisboa
[Sacrestia]	
/ 215v/ Cinco alvas (duas com renda)	Museu de Lisboa (uma) Museu de Elvas (uma)
Seis amitos, quatro com renda	Museu de Elvas (uma)
[Compartimento]	
Um cofre de prata dourado e lavrado com três alufadas e coberturas	Museu de Elvas
Um cálix de prata lavrada com bordados, em relevo patena, colherinha, caixa de madeira forrada de damasco encarnado	Museu de Elvas
Um cálix de prata dourada, lavrado, patena, colherinha e caixa de couro	Museu de Elvas
Um cálix de prata dourada lavrado, patena, colherinha e caixa de couro	Museu de Elvas
Um cálix de prata dourado em alto relevo, patena e colherinha	Museu de Lisboa
Um cálix de prata dourada, lavrado em alto relevo, patena e colherinha	Museu de Elvas
Duas sacras de madeira e prata	Museu de Elvas
Uma campainha de prata	Museu de Lisboa
/fl. 216/ Um par de galhetas de prata bordadas, alto relevo e competente prato	Museu de Elvas
Uma salva de prata lavrada dourada (grande)	Museu de Lisboa
Uma lavanda de prata lavrada, constando de jarro e bacia	Museu de Elvas

DESCRIÇÃO	DESTINO
Uma caudela de prata	Museu de Elvas
Dois caços de prata	Museu de Elvas
Um funil de prata	Museu de Elvas
Um resplendor de prata	Museu de Elvas
Um habito de cristo com robis (e brilhantes) e um fiozinho d'ouro	Museu de Elvas
Um anel de prata com pedra de cristal	Museu de Elvas
Um par de galhetas de prata, lavradas, douradas, com o competente prato, purificador e caixa de marroquim encarnado	Museu de Lisboa
Uma cruz de cristal com as extremidades de filigrana de prata dourada e cordão de passamanaria	Museu de Elvas
Um estojo de marroquim com três compartimentos para cruces, de que existem duas de prata dourada com topasios verdes e roxos	Museu de Elvas
Um báculo de metal dourado e caixa/ fl. 216v/	Museu de Lisboa
Uma vara com sete canudos de prata lavrada	Museu de Elvas
Sete flores de metal amarelo dourados para reposteiros	Museu de Elvas
Dous cochens de damasco (encarnado e branco tecido a ouro), com borlas e galão fino	Museu de Elvas
Dois vetidos do menino Jesus d seda bordada a matiz	Museu de Elvas
Uma caixa de madeira (contendo 3 ambulas grandes, de prata), forrada de damasco encarnado	Museu de Elvas
Dois cheques forrados de seda, um preto e outro encarnado	Museu de Elvas
Um altar portátil com todos os seus pertences	Museu de Lisboa
Um frontal de lhama amarela com galão falso	Museu de Lisboa
Um frontal de seda branca com sebasto encarnado	Museu de Lisboa
Uma casula de lhama amarela com galão falso, estola, manipulo, pasta de corporaes e veu	Museu de Lisboa
Um calix de prata lisa, com patena e colherinha	Museu de Lisboa
Um crucifixo de prata, pequeno	Museu de Lisboa
Dois frascos de vidro com os estojos respectivos	Museu de Elvas
Um missal com a competente estante	Museu de Lisboa

FONTES MANUSCRITAS

ARQUIVO CONTEMPORANEO DO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS (A. C.M.F.)

Arrolamentos, Cx. 27, Livro 65

ACMF/ARQUIVO/CJBC/PTG/ELV/ADMIN/027

ACMF/ARQUIVO/CJBC/PTG/ELV/ADMIN/028

ACMF/ARQUIVO/CJBC/PTG/ELV/ADMIN/053

ACMF/ARQUIVO/CJBC/PTG/ELV/ADMIN/059

ACMF/ARQUIVO/CJBC/PTG/ELV/CEDEN/001

ACMF/ ARQUIVO/ CJBC/PTG/ELV/TRANS/010, Cx. 25.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO (A.N.T.T.)

Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, Cx. 2213, Capilha n.º 3

Convento de N.ª Sr.ª dos Remédios, Livro 5

Mitra Episcopal de Elvas, Mss. 9, n.º 5

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (A.H.U.)

Cod. 1208

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE ELVAS (A.H.M.E.)

Bispado e Vigarias de Elvas, Mss. 5/304

Bispado e Vigarias, Mss. 5/307

Colecção de Outros Documentos, Mss. 957

BIBLIOTECA DO MUSEU NACIONAL DE ARTE ANTIGA (B.M.N.A.A.)

Documentação Geral

BIBLIOGRAFIA

ALMADA, Victorino d' – *Elementos para um Dicionário de Geographia e Historia Portugueza*, Tomo II. Elvas: Typ. Elvense, de Samuel F. Baptista, 1888.

BRANCO, Fernando Castelo – “Subsídios para a História de três edificios alentejanos: o Paço Episcopal de Elvas, a Câmara Municipal de Elvas, o Convento das Servas de Borba”. *Separata de Belas Artes*, 31 (1977), 77-79.

BORGES, Artur Goulart de Melo, (coord.) – *Arte Sacra nos Concelhos de Elvas, Monforte e Sousel. Inventário Artístico da Arquidiocese de Évora*. Évora: Fundação Eugénio de Almeida, 2009.

BORGES, Artur Goulart de Melo – “D. Baltazar de Faria Vilas Boas, Bispo de Elvas, e a remodelação da sua catedral”. *Callipole*, 19, (2011), 231-252.

Correio Elvense, 22 de Outubro de 1907, n.º 1324.

CUSTÓDIO, Jorge – “Renascença” artística e Práticas de Conservação e Restauro arquitectónico em Portugal durante a I República. *Fundamentos e antecedentes*, Lisboa: Caleidoscópico, 2011.

Diário do Governo, 16-03-1922 (Decreto n.º 8:143).

GRANCHO, Nuno – “Das capelanias militares elvenses aos espólios museológicos da I República”. *Cadernos de História da Arte*, 1, (2013), 124-135.

____: “A prata elvense nas contribuições de 1807-1808 e 1834”. *Revista de Artes Decorativas*, 5 (2011), 107-132.

____: *A Extinção dos Conventos na Antiga Diocese Elvense: o exemplo histórico-artístico de S. Domingos de Elvas*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2010, 2 Volumes. (Tese de mestrado).

KEIL, Luis – *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Portalegre*, Vol. I. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1945.

MECO, José – “A integração do azulejo na arquitectura de Elvas”. *Monumentos*, n.º 28, Lisboa, (2008), 128-137.

NOVAIS, António Gonçalves de – *Relação do Bispado de Elvas, com hum Memorial dos Senhores Bispos que o governarão*. Lisboa: Craesbeek, 1635.

RODRIGUES, Jorge, PEREIRA, Mário – *Elvas*. Lisboa: Editorial Presença, 1995.

SEABRA, João – *O Estado e a Igreja em Portugal no início do século XX. A Lei da Separação de 1911*, Parede: Príncipia, 2010, p. 226.

SOARES, Clara Moura – “Os Leilões de património artístico: uma consequência da Lei da Separação de 1911”, in FERNANDES, Alexandra, AFONSO, Luís Urbano, (coord.), *Os leilões e o mercado de arte em Portugal. Estrutura, História e Tendências*, Lisboa: Scribe, 2012, pp. 86-87.

SOROMENHO, Miguel – *A Arte Portuguesa: da Pré-História ao século XX. A Arquitectura do Ciclo Filipino*. Lisboa: Fubu Editores, 2009.

VALE, Teresa Leonor M. – “Da Forma e da Preciosidade da Palavra: A Presença de Sacras Barrocas italianas na Celebração Religiosa do Portugal de Setecentos”. *Actas do III Colóquio Portugues Ourivesaria*, (2012), 179-181.

VIEIRA, Rui Rosado – *Centros Urbanos no Alentejo Fronteiriço: Campo Maior, Elvas e Olivença*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.